

IVA terá alíquota única

BRASÍLIA – O governo não abre mão de uma alíquota única para o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o principal imposto da reforma tributária que será proposta ao Congresso ainda em novembro. Esta semana, vários secretários de Fazenda estaduais estiveram com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, pedindo que os estados tenham como diferenciar as alíquotas para atrair investimentos como acontece hoje com o ICMS.

“Temos que encontrar outros mecanismos, mecanismos orçamentários, para contornar isto. Sabemos que a desconcentração industrial é importante”, disse ontem Parente. O secretário lembrou que o principal objetivo da reforma é retirar impostos da produção, mas também tem a missão de acabar com a guerra fiscal entre os estados. O IVA deverá substituir o ICMS, IPI, ISS, Cofins e PIS, impostos indiretos (que incidem sobre várias etapas da produção) e que representam mais da metade da arrecadação do setor público.

O IVA incidirá sobre o consumo e, segundo Parente, é importante que a competência de normatização do imposto seja da União. “Quem arrecada e quem fiscaliza não precisa ser o governo federal. Os estados podem fazer isto”, disse Parente. Na estrutura da reforma tributária, também está a *excise tax*, um imposto diferencia-

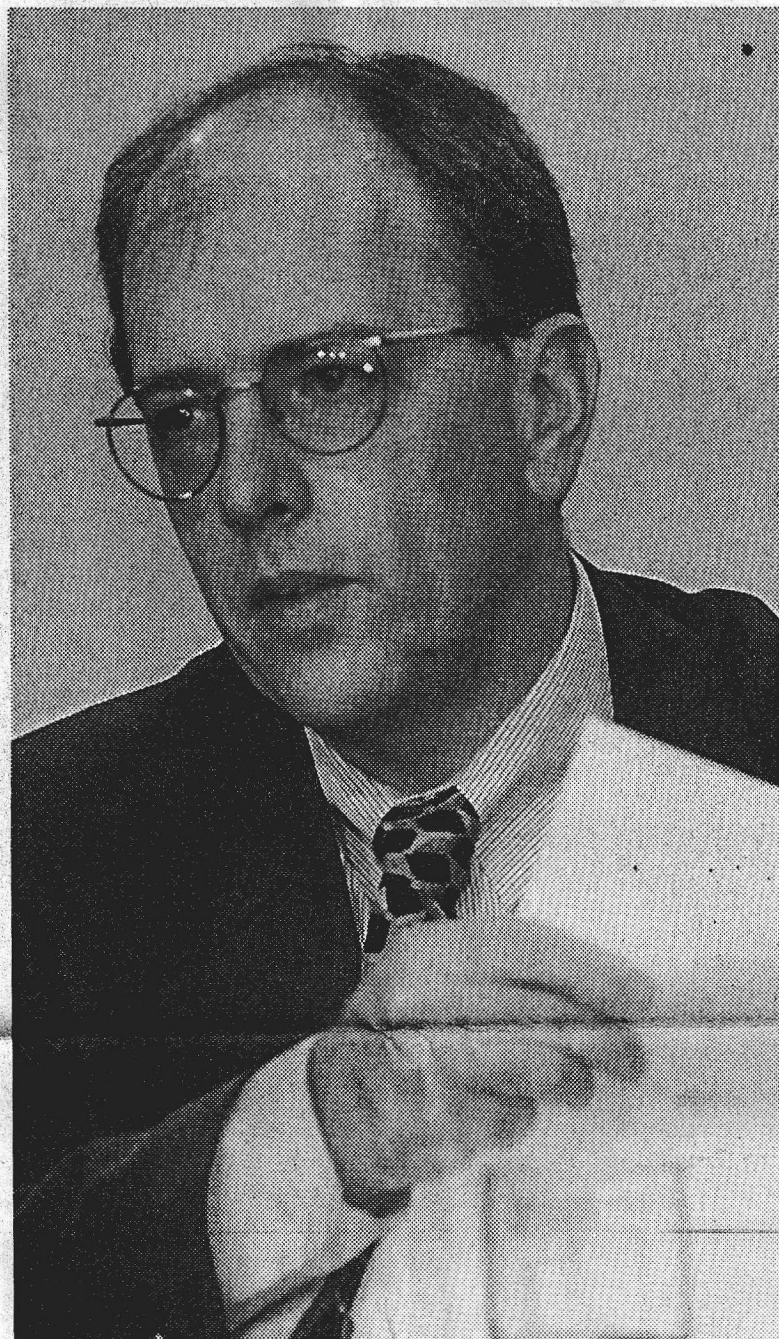
do que incidirá sobre consumo de energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, fumo e bebidas.

Neutra – De acordo com Parente, a reforma tributária será neutra em termos de arrecadação para cada esfera de governo. Para assegurar uma transição que não imponha perdas de receita, o governo propôs na emenda da reforma a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006 com um percentual maior que o atual.

Com a reforma, o governo deverá acabar com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, elevando as alíquotas do Imposto de Renda das empresas como compensação.

De acordo com o governo, nada mudará no Imposto de Renda das Pessoas Físicas, mas os técnicos da Receita Federal já manifestaram seu apoio a adoção de uma alíquota única para o imposto que é retido na fonte. Segundo eles, a existência de duas alíquotas – uma para quem ganha de R\$ 900 a R\$ 1.800 e outra para quem ganha mais que isto – facilita o planejamento tributário.

O governo ainda pretende retirar encargos da folha salarial das empresas, mudando a incidência destes encargos para diminuir os custos de contratação. Uma das idéias, porém, a de transferir para os trabalhadores o pagamento dos 22% de contribuição previdenciária que hoje são pagos pelas empresas, parece ter sido abandonada. A transferência seria feita através de um aumento salarial na mesma proporção. (S.M.)



Pedro Parente: “Não haverá interrupção na cobrança da CPMF”